



Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor
independente**



Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Geradora de Energia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 91.563 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.1, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

www.pwc.com.br

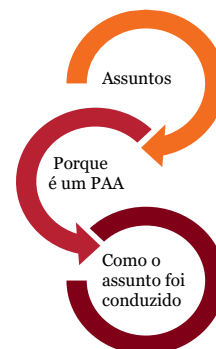
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417, 11ª, Curitiba Trade Center,
Curitiba, PR, Brasil, 80410-180
T: +55 (11) 4004-8000



Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento da receita</p> <p>Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente da geração de energia elétrica venda de energia elétrica conforme Contratos de Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).</p> <p>Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como na utilização de premissas para estimar essas receitas, e conseqüentemente as obrigações decorrentes dos contratos, na medida em que envolve: determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos:</p> <p>(a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios.</p> <p>(b) que os valores da receita sejam apurados</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da receita decorrente dos contratos ACL. Também realizamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; • Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; • Teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; • Procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas



Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita

de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contratos. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria.

com as nossas expectativas independentes; e

- Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas utilizadas na mensuração da receita de energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Marcelo Prado
Assinado por: MARCELO DE SOUZA PRADO NICOLAU 22297078846
CPF: 22297078846
Datahora da Assinatura: 31 March 2026 | 17:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERASA RFB v5

Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

Índice

Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	7
1.1 Capital Circulante Líquido.....	7
1.2 Reforma tributária sobre o consumo	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	8
2.1 Base de preparação	8
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	8
2.3 Ativos financeiros.....	8
2.4 Estimativas e julgamentos contábeis	9
3 Gerenciamento de riscos.....	10
3.1 Gestão de capital	12
4 Instrumentos financeiros por categoria.....	13
5 Caixa e equivalentes de caixa.....	13
6 Contas a receber de clientes.....	13
7 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	14
8 Imobilizado.....	14
9 Intangível.....	17
10 Fornecedores	18
11 Tributos a recolher	18
12 Debêntures	18
13 Provisão para contingências	20
14 Patrimônio líquido	20
15 Receita Líquida.....	20
16 Despesas gerais e administrativas, outras receitas (despesas) líquidas	21
17 Resultado financeiro	22
18 Imposto de renda e contribuição social correntes.....	23
19 Resultado por ação	23
20 Seguros (Não auditado)	24
21 Eventos Subsequentes	24

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.468	2.429	Fornecedores	10	361	1.258
Contas a receber	6	1.878	1.222	Tributos a recolher	11	217	207
Tributos a compensar		4	24	Debêntures	12	95.094	93.764
Outros ativos		<u>90</u>	<u>105</u>	Dividendos a pagar		<u>331</u>	<u>331</u>
Total do ativo circulante		<u>4.440</u>	<u>3.780</u>	Total do passivo circulante		<u>96.003</u>	<u>95.560</u>
Não circulante				Total do passivo		<u>96.003</u>	<u>95.560</u>
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido	14		
Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado	7	<u>5.661</u>	<u>4.953</u>	Capital social		158.322	154.722
		<u>5.661</u>	<u>4.953</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital		700	800
				Prejuízos acumulados		<u>(19.145)</u>	<u>(11.719)</u>
Imobilizado	8	223.543	228.916	Total do patrimônio líquido		<u>139.877</u>	<u>143.803</u>
Intangível	9	<u>2.236</u>	<u>1.714</u>				
		<u>225.779</u>	<u>230.630</u>				
Total do ativo não circulante		<u>231.440</u>	<u>235.583</u>				
Total do ativo		<u>235.880</u>	<u>239.363</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>235.880</u>	<u>239.363</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Operações continuadas			
Receita líquida	15	17.020	14.463
Custos das vendas	16	<u>(12.828)</u>	<u>(13.259)</u>
Lucro bruto		<u>4.192</u>	<u>1.204</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(908)	(874)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	<u>-</u>	<u>(301)</u>
		<u>(908)</u>	<u>(1.175)</u>
Lucro operacional		<u>3.284</u>	<u>29</u>
Receitas financeiras	17	1.042	794
Despesas financeiras	17	<u>(11.131)</u>	<u>(13.786)</u>
Receitas (despesas financeiras), líquidas		<u>(10.089)</u>	<u>(12.992)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(6.805)</u>	<u>(12.963)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	<u>(621)</u>	<u>(553)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(7.426)</u>	<u>(13.516)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	20	<u>15.767.939.022</u>	<u>15.206.310.113</u>
Prejuízo por ação (básico e diluído) - R\$	20	<u>(0,0005)</u>	<u>(0,0009)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(7.426)</u>	<u>(13.516)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(7.426)</u></u>	<u><u>(13.516)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**
Em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas			Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2023	143.408	4.024	116	1.681	-	149.229
Subscrição de capital	11.314	(11.314)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.090	-	-	-	8.090
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(13.516)	(13.516)
Compensação de prejuízos	-	-	(116)	(1.681)	1.797	-
Em 31 de dezembro de 2024	154.722	800	-	-	(11.719)	143.803
Subscrição de capital	3.600	(100)	-	-	-	3.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.426)	(7.426)
Em 31 de dezembro de 2025	158.322	700	-	-	(19.145)	139.877

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.805)	(12.963)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.406	6.871
Baixa de imobilizado e intangível	-	5.918
Depósitos judiciais	-	3.334
Juros sobre debêntures	10.707	12.413
Rendimentos de investimentos avaliados ao valor justo por meio do resultado	(708)	(532)
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(656)	(55)
Tributos a recuperar	20	299
Outros ativos	15	55
Fornecedores	(618)	507
Tributos a recolher	(56)	(438)
Outras contas a pagar	-	(172)
Caixa gerado pelas operações	8.305	15.237
Juros pagos	(279)	(1.272)
Juros pagos sobre debêntures	(7.576)	(8.567)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(555)	(463)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(105)	4.935
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de títulos e valores mobiliários - LFT	-	1.954
Aquisição de intangível	(1.174)	(5.181)
Aquisição de imobilizado	(381)	(4.963)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.555)	(8.190)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.090
Subscrição de capital	3.500	-
Custos a amortizar sobre debêntures	(19)	(12)
Amortização de debêntures - principal	(1.782)	(2.396)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.699	5.682
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	39	2.427
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.429	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.468	2.429
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	39	2.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Goiás Geradora de Energia Renovável S.A. (“Companhia”, “Goiás” ou “PCH”) é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de Cristalina, no Estado de Goiás.

A Companhia foi constituída em 7 de outubro de 2016 e tem em seu objeto social a geração de energia elétrica. A partir de 9 de novembro de 2023, a PCH entrou em operação comercial conforme Despacho nº 4.290/2023 da ANEEL.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

1.1 Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido da Companhia era negativo em R\$ 91.563 (2024 - R\$ 91.780). Essa posição negativa decorre principalmente da reclassificação integral do saldo de debêntures para o passivo circulante, em razão do não cumprimento dos covenants contratuais (detalhados na Nota Explicativa 12 - Empréstimos e Financiamentos).

A continuidade operacional é suportada pelo fluxo de caixa gerado pela Pequena Central Hidrelétrica (PCH), cujas operações comerciais iniciaram em novembro de 2023, combinado a medidas de readequação de custos e estrutura de capital em andamento pela Administração.

Conforme detalhado na NE 12, o não cumprimento do covenant de Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) resultou na reclassificação total do financiamento para o curto prazo, gerando incerteza material quanto à capacidade de continuidade operacional. Não obstante, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de empresa em operação contínua, apoiado nas seguintes ações mitigadoras em curso:

1. **Obtenção de Waiver:** A Companhia iniciou negociações formais com debenturistas e agentes fiduciários para obtenção de waiver (perdão temporário) referente ao exercício de 2025. O histórico de bom relacionamento e adimplência histórica fortalecem as perspectivas de aprovação.
2. **Melhoria Hidrológica e Otimização Operacional:** Espera-se que a hidrologia nos próximos anos acompanhe as curvas de certificação, elevando a geração de energia e a receita. Paralelamente, foi implementado plano de controle de custos operacionais (OPEX) para aprimorar a geração de caixa (EBITDA).

Essas iniciativas, somadas à projeção de recuperação do ICSD, sustentam a adequação do pressuposto de continuidade, conforme avaliado pela Administração.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração financeira considerou a base contábil de continuidade operacional e o custo histórico como base de valor, exceto pelos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 7).

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.3.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos);
- Nota 9 - Intangível (valor residual e vida útil dos ativos);
- Nota 13 - Provisão para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis, mas não espera impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente e futuros.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – CPC 51 / IFRS 18

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis" (CPC 26), introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- (i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- (ii) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.
- (iii) A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

(a) Risco de liquidez

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(b) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a PCH. A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(c) Risco de crédito

A Companhia realiza análise de crédito de suas contrapartes de forma independente. Todavia no momento, em função da operação de financiamento existente, tais contrapartes foram também avaliadas e aprovadas pelo banco financiador.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes	2.468	2.429
Contas a receber	1.878	1.222
Outros ativos	90	105
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	<u>5.661</u>	<u>4.953</u>
Total	<u>10.097</u>	<u>8.709</u>

(d) Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Companhia mitigou esse risco ao firmar PPAs (Contratos de Compra de Energia de Longo Prazo) a preços indexados à inflação e adequados ao pagamento da operação de financiamento. A Companhia também não possui instrumentos financeiros ativos que possam sofrer risco de mercado.

(e) Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos				
Caixa e aplicações financeiras	2.468	2.429	2.468	2.429
Contas a receber	1.878	1.222	1.878	1.222
Outros ativos	90	105	90	105
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	<u>5.661</u>	<u>4.953</u>	<u>5.661</u>	<u>4.953</u>
Total	<u>10.097</u>	<u>8.709</u>	<u>10.097</u>	<u>8.709</u>
Passivos				
Fornecedores	361	1.258	361	1.258

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Debêntures	<u>95.094</u>	<u>93.764</u>	<u>95.094</u>	<u>93.764</u>
Total	<u>95.455</u>	<u>95.022</u>	<u>95.455</u>	<u>95.022</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se aproximam do valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Debêntures - As operações de empréstimos e financiamentos são debêntures e representam a primeira emissão de debêntures da Companhia. Conforme Escritura de Emissão de Debêntures, a remuneração do principal será calculada corrigindo o valor nominal das debêntures pelo índice IPCA mais taxa pré-fixada ao ano.

3.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total das debêntures	95.094	93.764
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.468)</u>	<u>(2.429)</u>
Dívida líquida	<u>92.626</u>	<u>91.335</u>
Total do patrimônio líquido	<u>139.877</u>	<u>143.858</u>
Total do capital	<u>232.503</u>	<u>235.193</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>39,84%</u>	<u>38,83</u>

(i) Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- (a) Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (“ICSD”) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos).

ICSD (A/B) = (A) Fluxo de Caixa Operacional / (B) Serviço da Dívida

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não cumpriu com esses *covenants* durante o exercício de 2025, conforme detalhado na Nota 12.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Categoria</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.468	2.429
Contas a receber	Custo amortizado	1.878	1.222
Outros ativos	Custo amortizado	90	105
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	<u>5.661</u>	<u>4.953</u>
Total		<u>10.097</u>	<u>8.709</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	Custo amortizado	361	1.258
Debêntures	Custo amortizado	<u>95.094</u>	<u>93.764</u>
Total		<u>95.445</u>	<u>95.023</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e depósitos a vista	304	2
Aplicações financeiras (i)	<u>2.164</u>	<u>2.427</u>
Total	<u>2.468</u>	<u>2.429</u>

(i) As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores originados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas de crédito esperadas, se aplicável.

A Companhia não possui histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas bilaterais	1.878	1.222
Total	<u>1.878</u>	<u>1.222</u>

As contas a receber decorrem do faturamento de energia efetuado no mês de competência dezembro. Os vencimentos são como seguem:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vencimentos		
Vencidos até 30 dias	1.878	1.222
Total	<u>1.878</u>	<u>1.222</u>

7 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Política contábil

Compreendem aplicações em títulos de renda fixa e são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
LFT - Letras Financeiras do Tesouro Nacional	Março de 2029	100% Selic	5.661	4.953
Total			<u>5.661</u>	<u>4.953</u>

A movimentação do período foi a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	4.953	6.374
Aplicação	-	-
Rendimentos	708	533
Resgates	-	(1.954)
Saldo final	<u>5.661</u>	<u>4.953</u>

8 Imobilizado

Política contábil

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificados.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos). As taxas levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descritos a seguir:

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Reservatórios, barragens e adutores	2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%
Máquinas e equipamentos	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tal ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(iv) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imobilizado em Uso						Imobilizado em andamento	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Reservatórios, barragens e adutoras	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	PCH São Bartolomeu	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	18	22	227.394	227.434
Adições	3.829	737	26	-	-	-	372	4.964
Baixas (i)	-	-	-	-	(8)	(2)	(5.909)	(5.919)
Transferências (ii)	3.809	92.674	27.487	106.923	-	20	(221.794)	9.119
Depreciação	-	(3.503)	(677)	(2.495)	(7)	(5)	-	(6.687)
Baixas depreciação	-	-	-	-	5	-	-	5
Custo aquisição	7.638	93.411	27.513	106.923	30	46	63	235.624
Depreciação acumulada	-	(3.503)	(677)	(2.495)	(22)	(11)	-	(6.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.638	89.908	26.836	104.428	8	35	63	228.916
Adições	349	29	-	-	-	3	-	381
Depreciação	-	(3.018)	(589)	(2.138)	(5)	(4)	-	(5.754)
Custo aquisição	7.987	93.440	27.513	106.923	30	49	63	236.005
Depreciação acumulada	-	(6.521)	(1.266)	(4.633)	(27)	(15)	-	(12.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.987	86.919	26.247	102.290	3	34	63	223.543

(i) Venda de itens para a Salgado Geradora.

(ii) A transferência dos bens em uso ocorreu em decorrência do encerramento do projeto de desenvolvimento. Em 2024, os bens foram devidamente transferidos para os respectivos grupos do ativo imobilizado, conforme o planejamento estabelecido (Nota 9).

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

Política contábil

(a) Desenvolvimento de projetos de geração

Gastos com desenvolvimento de projetos são contabilizados ao custo de aquisição menos eventuais perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos de aquisição e gastos para o desenvolvimento do curso dos projetos para que os ativos possam ser finalizados e colocados em uso.

(b) Servidões

As servidões representam direito de uso sobre uma determinada faixa de terra o qual está instalada a linha de transmissão da PCH São Bartolomeu.

(c) Software

São reconhecidos como *software* os custos de desenvolvimento pela própria Companhia ou os direitos e licenças de uso adquiridos. As licenças de uso incluem sistemas corporativos; aplicativos; sistemas operacionais instalados em máquinas; sistemas ou *softwares* dedicados (utilizados exclusivamente para realização de atividades específicas - exemplos: geoprocessamento, operação de sistemas de transmissão e distribuição, planejamento de sistemas, controle patrimonial, estoque e obras), entre outros.

Os *softwares* possuem vida definida de 5 anos (60 meses).

O intangível é composto como segue:

	<u>Desenvolvimento de projetos</u>	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>5.844</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.844</u>
Adições	4.719	462	-	5.181
Transferências (i)	(10.563)	1.045	343	(9.175)
Amortização	<u>-</u>	<u>(56)</u>	<u>(80)</u>	<u>(136)</u>
Custo aquisição	-	1.507	344	1.850
Amortização acumulada	<u>-</u>	<u>(56)</u>	<u>(80)</u>	<u>(136)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>1.451</u>	<u>263</u>	<u>1.714</u>
Adições	-	1.174	-	1.174
Amortização	<u>-</u>	<u>(583)</u>	<u>(69)</u>	<u>(652)</u>
Custo aquisição	-	2.681	343	3.024
Amortização acumulada	<u>-</u>	<u>(639)</u>	<u>(149)</u>	<u>(788)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>	<u>2.042</u>	<u>194</u>	<u>2.236</u>

(i) A transferência dos bens em uso ocorreu em decorrência do encerramento do projeto de desenvolvimento. Em 2024, os bens foram devidamente transferidos para os respectivos grupos do ativo imobilizado, conforme o planejamento estabelecido.

A amortização dos ativos intangíveis se deu junto ao início da operação da PCH São Bartolomeu, o prazo de amortização será igual ao prazo remanescente da concessão.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores de mercadorias e serviço	361	1.258
Total	<u>361</u>	<u>1.258</u>

O vencimento de fornecedores é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer de 0 a 30 dias	164	542
A vencer de 31 a 60 dias	60	495
A vencer de 61 a 90 dias	60	102
A vencer de 91 a 180 dias	60	102
A vencer de 181 a 365 dias	17	16
Total	<u>361</u>	<u>1.258</u>

11 Tributos a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda pessoa jurídica	87	82
Contribuição social sobre o lucro líquido	52	53
COFINS a recolher	45	37
PIS a recolher	10	8
Imposto de renda e contribuições sociais retidas	10	15
INSS	7	7
ISS	5	5
ICMS	1	-
Total	<u>217</u>	<u>207</u>

12 Debêntures

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Em 2021 a Companhia emitiu Debêntures para o financiamento do projeto de construção da PCH São Bartolomeu. A composição é a seguir:

	<u>Indexador e Taxas de juros anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Debêntures Série única	IPCA + 9,0386% a.a.	15/03/2041	95.094	93.764

A movimentação do período foi a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	<u>93.764</u>	<u>92.327</u>
(+) Provisão de juros	10.707	12.413
(-) Custos a amortizar	(19)	(12)
(-) Amortização principal	(1.782)	(2.396)
(-) Amortização de juros	<u>(7.576)</u>	<u>(8.568)</u>
Saldo final	<u><u>95.094</u></u>	<u><u>93.764</u></u>

(i) Covenants

A escritura de emissão das debêntures estabelece o cumprimento de índices financeiros e não financeiros, apurados anualmente. O não atendimento dessas cláusulas faculta aos debenturistas declarar o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o índice exigido contratualmente. Em consequência, e em atendimento às normas contábeis vigentes, o saldo total da dívida a longo prazo foi reclassificado para o passivo circulante.

A Administração está em tratativas avançadas com os debenturistas para a obtenção do *waiver* do descumprimento referente ao exercício de 2025.

(ii) Garantias

Foram constituídas as seguintes garantias reais:

- a alienação fiduciária da totalidade das ações; e
- cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios.

Conforme item 6.7.6 da Escritura de emissão, os juros remuneratórios serão pagos sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, iniciando no ano de 2024 e encerrando em 2041.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Provisão para contingências

Política contábil

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Não existem ações judiciais com prognóstico de perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 27 de março de 2024, houve a subscrição de capital com emissão de 1.131.400.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 0,01 cada, que totaliza R\$ 11.314.000. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social era de R\$ 154.722 e 15.472.158.200 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 0,01 cada.

Em 18 de fevereiro e 12 de março de 2025, ocorreram integralizações de capital nos montantes de R\$ 800 e R\$ 2.800 com emissão de 80.000.000 e 280.000.000 ações ordinárias o valor nominal de R\$ 0,01 cada, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é representado por 15.832.158.200 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 0,01 cada que totaliza o montante de R\$ 158.322 (2024 - R\$ 154.722).

	<u>Quantidade de Ações</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Pirineus	<u>15.832.158.200</u>	<u>15.472.158.200</u>
Total	<u>15.832.158.200</u>	<u>15.472.158.200</u>

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2025, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 100. Além disso, não houve o recebimento de novos adiantamentos para futuro aumento de capital (2024 - R\$ 8.090).

15 Receita Líquida

Política contábil

A receita compreende o valor justo a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia registra na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE os contratos de compra e venda de energia. A receita da Companhia deriva principalmente da geração e venda de energia elétrica conforme Contratos de Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento dos custos e receitas desses contratos é feito à medida que a energia é recebida e entregue.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Venda de energia

A receita é reconhecida em conformidade com o regime de competência dos exercícios, de acordo com a entrega da energia elétrica vendida.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
Vendas bilaterais - longo prazo	8.291	12.719
Vendas bilaterais - curto prazo	9.496	2.052
Vendas bilaterais - Zona Franca de Manaus	1.121	-
Liquidação CCEE	<u>230</u>	<u>240</u>
	<u>19.138</u>	<u>15.011</u>
Deduções da receita operacional		
PIS - Programa de integração social	(109)	(98)
COFINS - Contribuição para o financiamento. da seguridade social	<u>(503)</u>	<u>(450)</u>
	<u>(612)</u>	<u>(548)</u>
Anulação de vendas	<u>(1.506)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>17.020</u></u>	<u><u>14.463</u></u>

16 Despesas gerais e administrativas, outras receitas (despesas) líquidas

a) Custos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação e amortização	(6.402)	(6.819)
Liquidação CCEE	(2.131)	(1.905)
Manutenção	(1.392)	(1.759)
Encargos	(774)	(591)
Custos ambientais	(579)	(899)
Segurança e vigilância	(368)	(209)
Consultorias	(302)	(173)
Operação da usina	(198)	(207)
Telefone, internet, energia, água	(187)	(182)
Seguros	(143)	(267)
Telemetria, batimetria, metrologia, topografia	(100)	(66)
Locações e arrendamentos	(93)	(37)
Gestão da usina	(86)	(73)
Taxas	(52)	(52)
Sistema de medição	(13)	(13)
Softwares e equipamentos	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>
Total	<u><u>(12.828)</u></u>	<u><u>(13.259)</u></u>

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas gerais	(700)	(640)
Serviços de terceiros	(200)	(224)
Impostos, taxas e multas	(4)	(6)
Depreciações e amortizações	(4)	(4)
Total	<u>(908)</u>	<u>(874)</u>

c) Outras receitas (despesas) líquidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Baixa do imobilizado	-	(301)
Total	<u>-</u>	<u>(301)</u>

17 Resultado financeiro

Política contábil

As receitas e despesas financeiras são calculadas e reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros ao valor contábil bruto de um ativo ou passivo financeiro exceto para ativos ou passivos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito.

As receitas e despesas financeiras incorporam, além dos juros, atualizações monetárias e outras receitas ou despesas decorrentes de captação e aplicação de recursos financeiros, ou outros ativos e passivos ajustados a valor presente.

No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.028	766
Juros e descontos recebidos	14	28
	<u>1.042</u>	<u>794</u>
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre debêntures	(10.707)	(12.413)
Juros pagos	(298)	(1.285)
Despesas bancárias	(126)	(88)
	<u>(11.131)</u>	<u>(13.786)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.089)</u>	<u>(12.992)</u>

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada “Lucro Presumido”.

As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes.

O cálculo dos tributos pelo lucro presumido está assim demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda		
Receita bruta de venda de energia elétrica	17.632	15.011
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 8%	1.411	1.201
Receitas financeiras sujeita a alíquota integral - 100%	<u>299</u>	<u>341</u>
Base de cálculo	<u>1.710</u>	<u>1.542</u>
IRPJ - 15%	(257)	(231)
IRPJ Adicional de alíquota de 10%	<u>(147)</u>	<u>(129)</u>
IRPJ devido	<u>(404)</u>	<u>(360)</u>
Contribuição social		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 12%	2.116	1.801
Receitas financeiras sujeita a alíquota integral - 100%	<u>299</u>	<u>341</u>
Base de cálculo	<u>2.415</u>	<u>2.142</u>
CSLL devida - 9%	<u>(217)</u>	<u>(193)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	<u>(621)</u>	<u>(553)</u>

19 Resultado por ação

(i) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há ações em tesouraria mantidas no patrimônio líquido da Companhia.

Goiás Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O prejuízo por ação, fica assim apresentado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(7.426)	(13.516)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	<u>15.767.939.022</u>	<u>15.206.310.113</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u>(0,0005)</u>	<u>(0,0009)</u>

(ii) Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía potenciais ações ordinárias com efeitos diluidores.

20 Seguros (Não auditado)

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros, para os ativos de geração hidráulica da PCHs São Bartolomeu, bem como todos os demais seguros comuns ao mercado de geração hidrelétrica.

21 Eventos Subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, , na data de 12 de março de 2026, foi realizado um aporte financeiro para aumento de capital, no montante de R\$ 1.500.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 6FE6FEAC-3B7E-46DA-B97F-4CFFFAB01283
 Subject: Complete with Docusign: 2025_DFs_Goiás_(VF).pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 30
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Pedro T. Teixeira
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 pedro.t.teixeira@pwc.com
 IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original 31 March 2026 16:09	Holder: Pedro T. Teixeira pedro.t.teixeira@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 31 March 2026 17:32	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Marcelo Prado
 marcelo.prado@pwc.com
 Partner
 PwC
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP-Brasil
 Issuer: AC SERASA RFB v5
 Subject: CN=MARCELO DE SOUZA PRADO NICOLAU:22297078846

Signature

Assinado por:

 E28D68782B1A41E...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 201.56.5.228
 Certificate policy:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://publicacao.certificadodigital.com.br/registro/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Timestamp

Sent: 31 March 2026 | 16:22
 Viewed: 31 March 2026 | 17:30
 Signed: 31 March 2026 | 17:32

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Pedro T. Teixeira
 pedro.t.teixeira@pwc.com
 Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 31 March 2026 | 17:32
 Viewed: 31 March 2026 | 17:32
 Signed: 31 March 2026 | 17:32

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
---------------------------	---------------	------------------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 16:22
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 17:30
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 17:32
Completed	Security Checked	31 March 2026 17:32

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------